

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO
PROJETO DE LEI N.º 8.035, de 2010
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
N.º 8.035, DE 2010**

**Emenda nº /2011
(Do Sr. Luiz Noé)**

Dê-se à Meta 4 a seguinte redação:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar, na rede regular de ensino, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo-lhes a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas, públicas ou filantrópicas, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que a Constituição Federal ocupa o topo da hierarquia no ordenamento jurídico brasileiro, a legislação infraconstitucional deve refletir os dispositivos legais nela preconizados. Sabendo que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU/2006 foi ratificada pelo Brasil, com força de Emenda Constitucional, por meio do Decreto nº 6.949/2009, seus princípios e compromissos devem ser assumidos integralmente, assim como, devem ser alterados os instrumentos legais que os contrapõem. Desta maneira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, deve ser interpretada à luz dos preceitos constitucionais atuais. O texto original da meta 04 fundamenta-se na Constituição Federal (1988) que estabelece a todos a “educação básica obrigatória e gratuita”, direito inalienável, obrigatória de 04 a 17 anos de idade, garantindo às pessoas com deficiência o “atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, inc. III). Atende ainda, o disposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo

Brasil com força de Emenda Constitucional, assegurando as pessoas com deficiência a efetivação do direito à educação em um sistema inclusivo em todos os níveis. Considerando as significativas alterações da Meta 4 contidas no Relatório, justifica-se a necessidade de revisão dessa proposta, tendo em vista as deliberações da Conferência Nacional de Educação - CONAE/2010 que orientam para a efetivação da política de educação especial na perspectiva inclusiva, bem como o teor de tais mudanças que geram uma incompatibilidade entre o PNE e as normas constitucionais e infraconstitucionais como o Decreto nº 7.611/2001. Da mesma forma, o conjunto de estratégias do PNE deve orientar para a organização e oferta do atendimento educacional especializado (AEE) e dos demais recursos e serviços de apoio disponibilizados pela educação especial aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, principal mecanismo para promover a inclusão plena preconizada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Por esses motivos, entendo que a emenda contribuirá para aperfeiçoar o texto.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2011.

Dep. Luiz Noé (PSB/RS)
Membro da Comissão Especial de Análise do PNE

Dep. Paulo Pimenta (PT/RS)